

A Luz que vem do Norte: perspectivas historiográficas sobre a Ilustração Inglesa*

The Light coming from the North:
historiographical perspectives about the English Enlightenment

Gabriel de Abreu Machado Gaspar
Mestrando em História
Universidade Federal Fluminense
machado.ga18@gmail.com

Recebido em: 19/03/18

Aprovado em: 19/08/18

Resumo: Por décadas a Ilustração foi interpretada como um fenômeno homogêneo e uniforme que ocorreu na França. A partir dos anos 1970, em meio às renovações historiográficas do período, a área de influência das luzes foi ampliada e locais como Áustria, Itália, Prússia, Espanha e Inglaterra passaram a integrar a geografia do iluminismo. O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão historiográfica sobre a Ilustração inglesa.

Palavras-Chave: ilustração, Inglaterra, historiografia.

Abstract: For decades the Enlightenment was interpreted as a homogenous and uniform phenomenon that happened in France. From 1970, among the historiographical renewals of the period, the Enlightenment's area of influence was expanded and places as Austria, Italy, Prussia, Spain and England became part of the Enlightenment's geography. The aim of this article is to present a historiographical revision about the English Enlightenment.

Keywords: Enlightenment, England, historiography.

Introdução

The Enlightenment has been defined in many different ways.

* O título faz referência a passagem da obra de Paul Hazard: “Pronto: do norte chegava a luz; o norte tinha o direito de se opor gloriosamente ao sul, e já era possível levar aos produtos do espírito a reivindicação de um poeta da época: “Todas as coisas belas que podes ter no sul / Nosso norte pode mostrar tão boas, senão iguais...”. HAZARD, 2015. p. 78.

Dorinda Outram (2013, p. 1).

Ao retornar à França após viver por mais de uma década na Inglaterra, Voltaire publicou suas *Lettres philosophiques* em 1734. “Na Inglaterra”, escrevia o francês em uma das cartas:

O hábito de pensar é comum e as letras são mais honradas aqui do que na França. Esta vantagem é uma consequência necessária da forma de governo. Há em Londres aproximadamente oitocentas pessoas com o direito de falar em público, defender os interesses da nação; por sua vez, mais ou menos umas cinco ou seis mil pretendem a mesma honra; o restante erige-se em juiz daqueles e cada um pode mandar imprimir o que pensa sobre os negócios públicos. Resultado: toda a nação precisa instruir-se (VOLTAIRE, 1978, p. 38 apud PALLARES-BURKE, 1995, p. 33).

O filósofo ilustrado também enfatizou as façanhas políticas dos ingleses, principalmente o estabelecimento do controle sobre o poder monárquico:

A nação inglesa é a única sobre a face da terra que teve sucesso no controle do poder dos reis, resistindo a eles, que através de sucessivos esforços estabeleceu finalmente este sábio sistema de governo no qual o príncipe, todo poderoso por fazer o bem, tem suas mãos atadas para fazer o mal, no qual os aristocratas são grandes sem arrogância e vassalagem, e no qual o povo participa do governo sem confusão (VOLTAIRE, 1980, p. 45 apud SOARES, 2007, p. 25).

Apesar do pensamento inglês setecentista ser fartamente elogiado por um dos mais importantes filósofos ilustrados da época, durante muito tempo a historiografia ignorou a ocorrência da Ilustração em solo inglês. O objetivo deste artigo é apresentar um balanço do tratamento conferido pela historiografia à Ilustração inglesa.

No clássico *A Filosofia do Iluminismo* (1932), o alemão Ernst Cassirer inaugurou uma tradição historiográfica, reinante até os anos 1970, que apresentava a Ilustração enquanto fenômeno homogêneo e uniforme. Apesar de apresentar certa perspectiva transnacional por meio da abordagem de obras de autores de diferentes regiões da Europa, o autor identifica uma tendência intelectual no século das Luzes. Conforme salienta Dorinda Outram, “nesta interpretação, Ilustração, a despeito de suas aspirações universais, foi, em grande parte, algo que aconteceu na França” (OUTRAM, 2013, p. 3)¹. Tal perspectiva pode ser verificada no trecho abaixo reproduzido:

O pensamento do século XVIII, tal como o consideramos até o presente momento, corresponde em suma ao desenvolvimento do espírito analítico que é, sobretudo, um fenômeno francês. Na verdade, a França era a pátria, a

¹ No original, lê-se: “in this interpretation Enlightenment, in spite of its universal aspirations, was largely something which happened in France” (OUTRAM, 2013, p. 3).

própria terra clássica da análise desde que Descartes consumara a reforma, a transformação radical da filosofia (CASSIRER, 1992, p. 50).

No início de sua obra monumental, *The Enlightenment: the Rise of Modern Paganism* (1966), Peter Gay argumentou a existência do Iluminismo enquanto uma unidade, dotado de ideias harmoniosas entre os pensadores. Além de reiterar a uniformidade do fenômeno apontada por Cassirer, Gay elaborou uma cronologia baseada na vida dos grandes pensadores, sobretudo franceses, como Voltaire; Diderot, d’Alembert e Rousseau e, por fim, Lessing e Kant (GAY, 1996, p. 3). Em suas palavras:

Houve muitos filósofos no século XVIII, mas apenas um Iluminismo. Uma livre, informal e totalmente desorganizada coalizão de críticos culturais, céticos religiosos e reformadores políticos, de Edimburgo à Nápoles, Paris à Berlim, Boston à Filadélfia, os filósofos formaram um clamoroso coro, e havia algumas vozes discordantes entre eles, mas o que é surpreendente é sua harmonia geral e não suas ocasionais discordâncias. Os homens do Iluminismo eram unidos por um vasto e ambicioso programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e, sobretudo, liberdade, em suas muitas formas (GAY, 1996, p. 3)².

O historiador francês Paul Hazard propôs uma original interpretação das Luzes. Em sua obra-prima de 1935, ele identifica entres anos 1680 e 1715 a “crise da consciência europeia” (HAZARD, 2015). Entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras do XVIII, se processaram importantes mudanças no pensamento moderno que, de certa forma, prepararam o terreno para as Luzes que agitariam a Europa setecentista. Esta crise, como qualificou Hazard, preparou “mesmo antes de o século XVII terminar, todo o século XVIII. A grande batalha das ideias deu-se antes de 1715, e mesmo antes de 1700” (HAZARD, 2015, p. 448). Deste período:

tão denso e carregado que parece confuso, partem claramente os dois grandes rios que atravessarão todo o século: um, a corrente racionalista; o outro, minúsculo no começo mas que mais tarde transbordará de suas margens, a corrente sentimental. E como se tratou, durante essa mesma crise, de abandonar os domínios reservados aos pensadores para ir na direção da multidão, para alcançá-la e convencê-la; e como foram atacados os princípios dos governos e a própria noção de direito, como foram proclamadas a igualdade e a liberdade racional do indivíduo; como já se falava alto e bom som dos direitos do homem e do cidadão, reconheçamos ainda que quase todas as atitudes mentais que em seu conjunto levarão à Revolução Francesa foram assumidas antes do final do reinado de Luís XIV (HAZARD, 2015, p. 449).

² No original, lê-se: “*There were many philosophes in the eighteenth century, but there was only one Enlightenment. A loose, informal, wholly unorganized coalition of cultural critics, religious skeptics, and political reformers from Edinburgh to Naples, Paris to Berlin, Boston to Philadelphia, the philosophes made up a clamorous chorus, and there were some discordant voices among them, but what is striking is their general Harmony, not their occasional discord. The men of the Enlightenment united on a vastly ambitious program, a program of secularism, humanity, cosmopolitanism, and freedom, above all, freedom in its many forms*” (GAY, 1996, p. 3).

A hegemonia intelectual da época acabou por recair sobre a França, país de profusão contínua das obras primas do período, como as de Descartes, Molière, Rancine, Bossuet, dentre outros. O idioma francês tornou-se a língua universal, utilizada na comunicação e circulação de ideias entre os diferentes povos europeus (HAZARD, 2015, p. 71-72). Contudo, diante do domínio francês, uma outra corrente na Inglaterra, reino da revolução científica de Newton, da nova filosofia de Locke e das belas letras de Addison, Steele, Swift, Pope e Prior (HAZARD, 2015, p. 79). Como prova, o historiador francês apresenta uma explanação acerca das influências do pensamento inglês da Alemanha e da migração de letrados franceses quando da revogação do Édito de Nantes por Luís XIV (HAZARD, 2015, p. 80-81).

Outra contribuição importante da obra de Hazard foi sugerir o papel da França enquanto intermediária entre o pensamento inglês e o os países da Europa Continental, como Espanha, Itália e Portugal: “A França, intermediária entre o pensamento inglês e os países latinos: é mais uma corrente que nasce aqui par atravessar todo o século XVII e seguir adiante” (HAZARD, 2015, p. 84). Por isso, o autor poeticamente conclui que:

a hegemonia do espírito não é mais exclusivamente latina; a Inglaterra exige compartilhar o poder. Consciente do seu valor, proclama com naturalidade a própria glória, e chega a experimentar, em relação aos portugueses, espanhóis, italianos, franceses, a todos esses latinos, um desprezo mal dissimulado. Não passam de escravos (HAZARD, 2015, p. 89).

Ao longa da obra, são apresentadas as “grandes mudanças psicológicas” pelas quais passava o pensamento europeu no período analisado. Grandes personagens como Spinoza, Richard Simon, Leibniz, Locke, Pope e, principalmente, Pierre Bayle surgem com maestria na análise de Hazard. Os *antigos*, representados pela fé, por dogmas, pela hierarquia e estabilidade, pela reverência aos autores clássicos eram combatidos e demolidos pelos *modernos*, ancorados na razão, na natureza, na crítica e na ciência. A natureza tornou-se poderosa e ordenada; a religião, o direito, a liberdade, são todas naturais. A moral foi fragmentada em diversas morais de acordo com a utilidade social. A ciência garantiria o progresso e felicidade dos homens (HAZARD, 2015, p. 335). Estas transformações intelectuais operadas no final do século XVII, argumenta o historiador francês, alimentaram os processos históricos do século XVIII.

Nos anos 1970, na esteira das renovações historiográficas da época, os historiadores, segundo Dorinda Outram, ampliaram a área geográfica de influência do fenômeno (OUTRAM, 2013). Neste contexto, o italiano Franco Venturi propôs olhar para a Europa das Luzes em seu

conjunto, enfatizando principalmente a circulação das ideias entre diversos estados do velho continente, como Áustria, Espanha, Itália, Prússia e, sobretudo, a França, considerada por ele o centro do fenômeno. A ponte entre o grupo de filósofos residentes em Paris e as outras partes da Europa foi a *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert, publicação responsável por difundir as novas ideias científicas e artísticas da Ilustração (VENTURI, 2003, p. 217-230).

Ainda que tenha buscado ampliar a “geografia do Iluminismo”³, Venturi não identifica no pensamento intelectual inglês do século XVIII “não havia um movimento iluminista dotado, como em Paris, de uma organização e um ritmo de desenvolvimento próprio, capaz de atuar como uma força política nova e autônoma tendendo a questionar ou substituir as organizações herdadas do passado” (VENTURI, 2003, p. 213-232). O autor italiano reitera sua ideia em outra passagem:

Um único país ficou ausente desse desdobramento das Luzes entre os anos sessenta e setenta, e foi a Inglaterra. Que justamente o país que se preparava para a revolução industrial tenha sido aquele em que não existiu um movimento iluminista é algo que bastaria por si só para fazer duvidar da, com muita frequência repetida, interpretação marxista das Luzes como ideologia burguesa (VENTURI, 2003, p. 240).

Como uma das razões para tal, Venturi destaca que não houve, na Inglaterra, a formação de um partido de filósofos, capaz de direcionar a sociedade em meio às lutas políticas e sociais existentes. Por isso, para o autor, a Inglaterra se constituiu enquanto verdadeira exceção na Era das Luzes (VENTURI, 2003, p. 241-244).

Ainda no bojo das renovações dos anos 1970, Georges Gusdorf, George Rudé e E. P. Thompson elaboraram críticas aos modelos interpretativos que valorizavam de maneira excessiva o fenômeno francês e desconsideravam as especificidades e características próprias da Ilustração inglesa (THOMPSON, 1978). E. P. Thompson, envolvido no processo de renovação da historiografia marxista anglo-saxã, publicou, em 1978, o ensaio “As peculiaridades dos Ingleses” (SOARES, 2007, p. 13). Neste texto, o autor argumentou a ocorrência do Iluminismo na Inglaterra, ainda que com características distintas do movimento francês:

Na França, as forças da ortodoxia e do iluminismo enfrentaram-se face a face. Porém a Grã-Bretanha assemelhou-se mais a um país debilmente ocupado onde, a cada vez que a ortodoxia repelisse um pequeno ataque frontal, ela própria se encontraria molestada nos flancos, na retaguarda ou até em seu meio.

³ Refiro-me ao título do quinto capítulo, *Cronologia e geografia do Iluminismo*, VENTURI, 2003.

O Iluminismo desenvolveu-se na Grã-Bretanha não como uma enchente arremetendo contra um dique a despedaçar-se, mas como uma corrente a escorrer em margens erodidas, planícies lamacentas e córregos de um estuário cujos declives estão prontos para recebê-la (THOMPSON, 2012, p. 120).

Em 1979 veio à luz a obra *O Iluminismo como negócio*, de Robert Darnton (DARNTON, 1979). Exponente da *história do livro*, o autor norte-americano examina a atividade editorial da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert a partir dos arquivos da Société Typographique de Neuchâtel (STN). Através deles, Darnton apresenta os caminhos dos processos de edição, impressão, assinaturas e circulação da mais famosa obra do Iluminismo francês. Ao considerar a difusão do pensamento ilustrado a partir da circulação da *Encyclopédie*, Darnton afirma que:

O Iluminismo emerge como um movimento que irradiou de Paris para a vanguarda cultural de determinados locais da Europa. Em 1770, já começara a passar por sucessivas ondas de popularização, atingindo todos os pontos das províncias da França e despertando interesse entre grupos situados em todas as posições dos setores médios da sociedade francesa. Ao cruzar a fronteira, concentrou-se em certas áreas onde a corrente cultural era mais forte, como os Países Baixos e a Renânia. Dali em diante, mais tênue, dispersou-se, atravessando as planícies do Norte europeu até os fiordes escandinavos e as estepes russas, para finalmente atingir remotos postos avançados, como a livraria de Lex, em Varsóvia, e a de Rudiger, em Moscou (...) Os livreiros percebiam que estavam participando de um vasto processo pelo qual as idéias transitavam por artérias comerciais, vertiam e penetravam nos rincões mais afastados do continente. Sabiam que eram agentes do Iluminismo, não por se sentirem comprometidos com a difusão das Luzes, mas porque negociavam com ele (DARNTON, 1996, p. 408-409).

Em artigo de sua coletânea *Os dentes falsos de George Washington* (2005), Darnton explicita suas concepções acerca da Ilustração. Para ele, o Iluminismo deve ser considerado enquanto “um fenômeno histórico concreto, que pode ser situado no tempo e circunscrito no espaço: Paris na primeira parte do século XVIII” (DARNTON, 2005, p. 18). Apesar de vislumbrar a difusão do Iluminismo por diversas partes da Europa – Edimburgo, Nápoles, Amsterdã, Genebra, Berlim, Milão, Londres – o autor insiste em considerar Paris como o ponto de concentração. A justificativa apresentada por ele é de que a cidade luz foi o local em que um grupo consciente de intelectuais forjou a identidade coletiva da Ilustração (DARNTON, 2005, p. 19-20).

No início dos anos 1980, Roy Porter e Mikulás Teich organizaram um pioneiro estudo comparativo da Ilustração europeia em treze contextos nacionais distintos intitulado *The Enlightenment in National Context* (PORTER & TEICH, 1981). Na coletânea, Porter assinou o artigo “The Enlightenment in England”, no qual critica as interpretações tradicionais, como a de Cassirer, que nega a Ilustração inglesa e desconsidera grandes letrados como Paine, Adam Smith,

Richardson e Defoe. O autor também se contrapõe à interpretação unitária de Peter Gay, exposta no início deste artigo, acusando-o de buscar por algo formal e sistematizado na França (PORTER, 1981).

Porter direciona suas críticas contundentes à teleologia dos historiadores ao considerarem que o objetivo do Iluminismo se relacionava à derrubada do Antigo Regime e construção de um mundo livre. Por isso, os filósofos ilustrados receberiam alcunhas como “revolucionários”, “ateus”, “democratas”, dentre outros. Como a busca por tais filósofos na Inglaterra foi infrutífera, certos historiadores defenderam não ter tido lugar um movimento ilustrado (PORTER, 1981, p. 4).

Os ingleses não seriam então “revolucionários” e “radicais”, pois, segundo Porter, seus objetivos não foram constantemente frustrados pelo Estado e pela sociedade. Ao contrário,

Na Inglaterra, após 1688, a própria constituição incorporou demandas centrais da Ilustração como a liberdade individual sob habeas corpus, governo representativo, tolerância religiosa e a santidade da propriedade. Além disso, nem a censura, a regulação econômica e tampouco as normas sociais inflexíveis impediram o afluente, articulado e ambicioso de perseguir seus próprios objetivos da Ilustração, como a livre especulação, ou a acumulação de riqueza, ou a felicidade. (...) Na Inglaterra, os educados com posses que defendiam a racionalidade da Ilustração não precisaram demolir barricadas (PORTER, 1981, p. 8).⁴

Ao se questionar, então, quais seriam as peculiaridades da Ilustração inglesa, o autor responde “Nenhuma, porque praticamente todas estas correntes irrigaram a ‘Ilustrações’ em outros lugares” (PORTER, 1981, p. 4)⁵. A atribuição à Inglaterra do pioneirismo em relação ao movimento ilustrado do continente revela-se uma inovação do pensamento de Roy Porter. O movimento ilustrado inglês, salienta Porter, buscou aliar “realização individual e coletiva com a estrutura social familiar”, preocupando-se, sobretudo, com as atividades privadas e a prática do homem em sociedade (PORTER, 1981, p. 16). O que caracterizaria a Ilustração Inglesa seria o seu “pragmatismo”, uma filosofia da experiência, a arte do bem viver e busca pela felicidade. Por

⁴ No original, lê-se: “In England after 1688 the constitution itself incorporated central Enlightenment demands, such as personal freedom under Habeas Corpus, representative government, religious toleration and the sanctity of property. Furthermore, neither censorship, economic regulation nor unbending social proprieties debarred the affluent, articulate and ambitious from pursuing their own Enlightenment goals, such as free speculation, or the accumulation of wealth, or happiness. (...) In England the educated and propertied who espoused Enlightenment rationality did not need to storm barricades” (PORTER, 1981, p. 8).

⁵ No original, lê-se: “None, because practically all its currents subsequently irrigated Enlightenments elsewhere” (PORTER, 1981, p. 4).

isso, para Porter, “liberdade e Inglaterra tornaram-se praticamente sinônimos” (PORTER, 1981, p. 8-9).⁶

Um dos principais historiadores que se debruçaram sobre o fenômeno das Luzes foi, sem dúvida, J. G. A. Pocock. No âmbito da renovação da história do pensamento político, o historiador inglês propõe ver, na Inglaterra, uma Ilustração conservadora e clerical, uma reação aos acontecimentos do século XVII, notadamente a Revolução Inglesa (1640) e a Revolução Gloriosa (1688) (POCOCK, 2002, p. 178). Isso explica, segundo ele, a ausência de um partido de filósofos e o fato de a Ilustração inglesa ter se constituído como um “instrumento de grupos dirigentes, aristocráticos o clericais, quienes idearon la formula para ser relativamente tradicionales y profundamente modernos” (POCOCK, 2002, p. 178). Além disso, Pocock explicita sua própria interpretação para o termo “Ilustração”:

A palavra “Ilustração”, que poder ser empregada de maneiras muito distintas, utilizamos aqui para expressar uma forma tardia de humanismo: uma preocupação com os costumes sociais e as *secular letters*, uma empresa de elites eruditas e clericais em um contexto de modernização, através do crescimento e da consolidação de um conjunto de relações monetarizadas (POCOCK, 2002, p. 192, grifos no original).⁷

Neste contexto, o autor destaca a reorganização financeira e militar do Estado inglês após a Revolução Gloriosa de 1688, composta instituição de um exército permanente e pela criação de um sistema de crédito público capaz de mantê-lo. Segundo ele, “se há uma mudança revolucionária no curso da história britânica moderna deve ser encontrada neste ponto; ao menos, este foi o ponto de vista pelo qual observadores contemporâneos tornaram-se capazes de dizer que tal transformação estava ocorrendo” (POCOCK, 2005, p. 123)⁸. Em suma, a mudança apontada por Pocock é ainda mais profunda do que parece. Trata-se da transição de um Estado caracterizado por longas guerras de religião para uma era marcada pela Razão de Estado e, fundamentalmente, pela Ilustração:

⁶ No original, lê-se: “Liberty and England become virtually synonymous” (PORTER, 1981, p. 8-9).

⁷ No original, lê-se: “La palabra “Ilustración”, que pude emplearse de maneras muy distintas, aquí la utilizamos para expresar una forma tardía de humanismo: una preocupación por los costumbres sociales y las secular letters, una empresa acometida por elites eruditas y clericais en um contexto de modernización a través del crecimiento y la consolidación de um conjunto de relaciones monetarizadas” (POCOCK, 2002, p. 192, grifos no original).

⁸ No original, lê-se: “if there is a revolutionary change in the course of early modern British history it is to be found here; at least, this was the point at which observant contemporary intelligences became capable of saying that such transformation was going on” (POCOCK, 2005, p. 123).

A Inglaterra estava deixando o mundo da guerra civil e social e entrando naquele da razão de estado europeia; estava passando de uma era das Guerras de Religião e penetrava na da Ilustração, na qual os estados eram capazes de controlar seus exércitos e suas tendências fragmentadas relativas à guerra religiosa e civil. Isto representou o fim das políticas hobbesianas; ou melhor, a vitória do Leviatã (POCOCK, 2005, p. 123)⁹.

Ao publicar, em 1988, *The Cultural Meaning of the Scientific Revolution*, a historiadora norte-americana Margaret Jacob reconhece a especificidade do movimento ilustrado inglês: “Ali encontramos um tipo de Ilustração diferente das versões alienadas, filosóficas e até politicamente radicais levantados pelos vários *ancien régimes* do continente” (JACOB, 1988, p. 139)¹⁰. Jacob designa o fenômeno ilustrado inglês como uma “Ilustração Newtoniana”, moderada e associada à ordem *whig* dominante¹¹.

Além disso, a autora argumenta que os filósofos ingleses, ao contrário dos “continentais”, não precisaram se contrapor a uma elite hostil às inovações propostas (JACOB, 1988, p. 140). Ao contrário, os promotores da nova ciência puderam se concentrar em promover um novo ensino científico relacionado à aplicação industrial dos conhecimentos. Segundo a autora, apenas “no fim do século e em alguns círculos seletos, os ingleses promotores de um progresso científico se viraram contra a ordem social e política estabelecida. Este radicalismo destes círculos rivais se compara aos observados no Continente durante as revoluções das décadas de 1780 e 1790” (JACOB, 1988, p. 140)¹².

Dorinda Outram se propôs a responder a mesma questão de Immanuel Kant: “What is Enlightenment?” e apresentou um importante balanço historiográfico sobre a Ilustração. Sobre as interpretações unitárias apresentadas no início do capítulo, a autora afirma que “era normal entender, em última instância, a Ilustração como um fenômeno unitário, como se houvesse uma

⁹ No original, lê-se: “England was leaving the world of civil and social war and entering that of European reason of state; was passing out of the age of Wars of Religion and entering that of Enlightenment, in which states were capable of controlling their armies and their own fissiparous tendencies towards religious and civil war. It was the end of Hobbesian politics; or rather, it was the victory of Leviathan” (POCOCK, 2005, p. 123).

¹⁰ No original, lê-se: “There we find a different kind of enlightenment from the alienated, the philosophically and even potically radical, version thrown up by the various *ancien régimes* on the Continent” (JACOB, 1988, p. 139).

¹¹ Sobre o conceito de “Ilustração Newtoniana”, ver o Capítulo 4, “Crisis and Resolution: The Newtonian Enlightenment”. JACOB, 1988. E também JACOB, 1997.

¹² No original, lê-se: “Late in the century and only within select circles, the English promoters of scientific improvement turned their zeal against the established social and political order. The radicalism of those circles rivals in intensity that found on the Continent during the revolutions of the late 1780s and 1790s” (JACOB, 1988, p. 140).

entidade chamada *a Ilustração*” (OUTRAM, 2013, p. 3, grifos no original)¹³. Apenas a partir dos anos 1970 que os historiadores ampliaram o espaço de análise e se interessaram sobre as bases sociais da Ilustração, principalmente a transmissão das ideias, seus usos e as reações da sociedade (OUTRAM, 2013, p. 4-5). Após apresentar as reflexões de Darnton, Adorno, Habermas, Foucault, a autora conclui que a Ilustração foi interpretada de múltiplas maneiras e que “o termo Ilustração deixou ter muito significado” (OUTRAM, 2013, p. 4-5)¹⁴.

Outram propõe interpretar o Iluminismo através de sua relação com a criação de um mundo global. A emergência do mundo com um único sistema foi marcado por diversos aspectos como o fluxo de pessoas, as redes comerciais, as negociações de *commodities*, a ampliação das frotas navais, a criação de companhias multinacionais, dentre outros. Poucos estudiosos da Ilustração, contudo, atentaram para estas questões e as relacionaram com as ideias das Luzes, fundamentais no processo de expansão do mundo (OUTRAM, 2013, p. 8).

Maria Lúcia Pallares-Burke associou a imprensa periódica ao projeto iluminista de mudança da mentalidade das massas inglesas. Para seu estudo, escolheu o *Spectator*, jornal inglês fundado em 1711 por Joseph Addison e Richard Steele, abordado enquanto um “órgão da imprensa educativa do século XVIII e como formador e veículo de opinião pública” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 23). A autora argumenta que o periódico se tornou modelo da imprensa ilustrada do continente europeu através de suas numerosas traduções em diversos países. Para a autora, o *Spectator* foi fundamental na “conquista cultural” da Europa por parte da Inglaterra¹⁵.

O objetivo de Pallares-Burke é apresentar o *Spectator* enquanto “uma obra jornalística que se insere num momento de transição de valores, de mudança de mentalidade” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 21). Além disso, a autora defende o sucesso da empreitada:

É nosso propósito sugerir uma outra hipótese explicativa: o periódico de Addison e Steele foi bem-sucedido em sua ambição de ‘reformatar’ sua época, porque estabeleceu com os leitores um relacionamento íntimo e coloquial,

¹³ No original, lê-se: “it was normal to understand the Enlightenment as ultimately a unitary phenomenon, as if there was an entity called *the Enlightenment*” (OUTRAM, 2013, p. 3, grifos no original).

¹⁴ No original, lê-se: “‘the term Enlightenment’ has ceased to have much meaning” (OUTRAM, 2013, p. 4-5).

¹⁵ Refiro-me à passagem: “É o papel de arauto dos progressos e inovações britânicas desempenhado pela literatura do reinado de Ana: é principalmente pela literatura que a Europa teria sido conquistada culturalmente pela Inglaterra”. PALLARES-BURKE, 1995. p. 37.

envolvendo-os na tarefa educativa em que estava empenhado (PALLARES-BURKE, 1995, p. 21).

Dialogando com Gusdorf, Rudé, Porter e E. P. Thompson, a autora brasileira posiciona-se contrariamente às “interpretações galocêntricas” e defende que a Inglaterra foi precursora do ideário das Luzes:

Segundo estes historiadores, a visão galocêntrica que tem prevalecido considera que a tarefa do Iluminismo foi arrasar com *Ancien Régime* e construir um mundo livre. Para tanto, os iluministas tinham que ser radicais e revolucionários em sua atuação. O quadro em que agiam era fundamentalmente marcado por tumultos e jamais pela serenidade. Assim sendo, como os pensadores ingleses não eram radicais e revolucionários e viviam num ambiente de relativa serenidade, inferiu-se muitas vezes que a Inglaterra não teve um verdadeiro Iluminismo. Ora, um estudo do século XVIII que parta do início e que evite uma visão anacrônica do período torna evidente que, na história das ideias iluministas, a Inglaterra exerceu um grande papel – o de ter vindo primeiro (PALLARES-BURKE, 1995, p. 28-29, grifos no original).

Luiz Carlos Soares, partindo das reflexões de Porter, Thompson, Jacob e Pallares-Burke, argumentou que a Ilustração inglesa representou mais do que uma “fascinação pelos avanços científicos de meados do século XVIII” (SOARES, 2007, p. 22). Ao contrário:

este movimento foi amplo e abarcou diversos campos da vida cultural e intelectual, além de incluir perspectivas e anseios diversos de reforma social (econômica, política, religiosa e educacional), que, no final do século XVIII, chegaram a se constituir, inclusive, pela vertente de um pensamento mais radical (SOARES, 2007, p. 22).

Ademais, ao tratar das considerações de Voltaire, Diderot e D’Alembert sobre o pensamento inglês, Soares defende tanto a existência de um movimento ilustrado inglês quanto a sua anterioridade em relação aos movimentos europeus (SOARES, 2007, p. 27).

Inspirado em Roy Porter e Francisco Falcon, o historiador brasileiro realiza um esforço de periodização do movimento ilustrado em dois momentos, que correspondem às duas metades do século XVIII, considerando as características dos grupos intelectuais e suas ideias. O primeiro momento, correspondente à primeira metade do Setecentos, é caracterizado pelo predomínio do pensamento latitudinário, oriundo do triunfo do partido *Whig* e da elite anglicana liberal após a Revolução Gloriosa de 1688. Baseado em John Locke, Isaac Newton e Samuel Clarke, “o ideário latitudinário se fundamentava na valorização de uma racionalidade sensualista, empirista e indutivista, que integrava plenamente os sentidos ao exercício da razão (...)” (SOARES, 2007, p. 24).

Na segunda metade do século XVIII, o pensamento latitudinário já não era considerado força renovadora como antes. A emergência da *classe média* apontava, segundo Luiz Carlos Soares, as limitações do projeto anglicano liberal, o que se somou à aproximação do monarca George III (1760-1820) aos conservadores *Tories*. Portanto, neste contexto, “a ascensão das ‘classes médias’ trouxe novas demandas materiais, políticas e culturais para a Inglaterra, que, na segunda metade do século XVIII, começava a experimentar um processo de transformações em direção a uma sociedade capitalista e industrial” (SOARES, 2007, p. 30).

No campo intelectual, o modelo newtoniano perdeu força a partir dos anos 1750 pela sua incapacidade de dar conta da diversidade e complexidade da natureza. Os novos pensadores defendiam a transformação da vida, da natureza e também do universo: era a consagração da ideia de que “a natureza tinha uma história e esta história se manifestava sob o signo do progresso, da transformação” (SOARES, 2007, p. 33). Este ideário transformista “contribuiu para fundamentar uma crítica ilustrada mais contundente e radical à sociedade inglesa, que, apesar do status quo de liberdades civis e tolerância religiosa da monarquia Hanoveriana, ainda limitava os direitos políticos e sociais dos dissidentes religiosos” (SOARES, 2007, p. 37).

Em suma, Luiz Carlos Soares, fortemente influenciado por Roy Porter, argumentou que:

a ilustração inglesa, sobretudo na primeira metade do século XVIII, forneceu as matrizes dos movimentos ilustrados dos diversos países europeus continentais (principalmente a França), e refletiu o ideário latitudinário whig, que pregava a tolerância religiosa e a defesa plena das liberdades civis, que se implantou após a Revolução Gloriosa e se fortaleceu com a ascensão ao trono da dinastia de Hanover (SOARES, 2007, p. 186).

Por isso, durante a primeira metade do século XVIII a Ilustração inglesa se caracterizou por uma feição moderada. Somente na segunda metade do Setecentos, a ascensão de novos setores sociais aumentou o clamor por reformas políticas e sociais, que reconhecessem sua importância na ordem econômica do país (SOARES, 2007, p. 187-189).

Considerações Finais

A reflexão apresentada pela historiadora Dorinda Outram na epígrafe deste artigo ganha vulto ao fim desta breve discussão dos principais nomes da historiografia da Ilustração. Há, de fato, muitas definições para a Ilustração e, principalmente, grandes discussões sobre sua origem, sua cronologia e os locais em que ocorreu. A despeito dos riscos da criação de uma falsa dicotomia entre as correntes historiográficas, percebemos a existência de linhas interpretativas

que se posicionam de maneiras distintas acerca da questão principal deste artigo: a ocorrência do fenômeno ilustrado nas terras inglesas.

Até os anos 1970, o domínio recai sobre a linha interpretativa inaugurada por Cassirer e seguida, indiretamente, por Peter Gay. Ambos apreciam o Iluminismo enquanto movimento unitário e homogêneo centrado na França do século XVIII e, portanto, desconsideram a Ilustração inglesa. Na esteira da renovação historiográfica dos anos 1970 e 1980, emergem os trabalhos de Franco Venturi, que amplia a zona de influência do Iluminismo e considera seus ecos em países como Áustria, Itália, Prússia, Espanha, dentre outros. Contudo, o autor é categórico em considerar que a Inglaterra foi o único país europeu ausente no quadro das Luzes, por faltar ali um grupo de filósofos que pudesse conduzir a sociedade perante as lutas políticas e sociais existentes. Ao mesmo tempo, Thompson, Rudé e Gusforf criticam o modelo interpretativo francófono e apontam para as características próprias de processos históricos ingleses, dentre eles a Ilustração.

Robert Darnton, no âmbito da *história do livro*, percebe a circulação das ideias ilustradas através da publicação, edição e impressão da *Enciclopédia* de Diderot e D'Alambert. Apesar de mapear a circulação internacional da obra, não deixa de considerar a Paris da primeira metade do século XVIII como espaço privilegiado de ocorrência da Ilustração. As obras de Margaret Jacob e Roy Porter, nos anos 1980, conseguiram, de fato, incluir a Inglaterra no mapa das Luzes europeias. Jacob defendeu que o movimento ilustrado inglês se configurou enquanto uma “Ilustração Newtoniana”, científica, moderada e aliada à ordem *whig* dominante. Em sólido trabalho, Porter critica as interpretações tradicionais de Ernst Cassirer e Peter Gay argumentando que os ingleses não foram “revolucionários” e “radicais” pois suas demandas não foram constantemente frustradas pelo Estado e pela sociedade.

Dorinda Outram apresentou um importante debate historiográfico sobre o assunto partindo de Immanuel Kant, passando pelas visões tradicionais de Ernst Cassirer e Peter Gay e considerando as obras de Roy Porter, Habermas e Foucault. Como proposta interpretativa, a autora sugere relacionar a Ilustração com o processo de formação do mundo global em seus múltiplos processos históricos. Dois brasileiros, Maria Lúcia Pallares-Burke e Luiz Carlos Soares, dedicaram-se aos estudos do movimento ilustrado inglês influenciados pela vertente historiográfica de Thompson, Rudé, Porter e Jacob. Enquanto a primeira analisou o *Spectator*

como um órgão educativo do processo de mudança de mentalidade da época, o segundo explorou os ideais da Ciência Aplicada e a comercialização do lazer na Inglaterra.

Apesar das profundas divergências entre os autores mencionados neste artigo, é fundamental percebermos que é possível tratar de um fenômeno ilustrado na Inglaterra do século XVIII. Dentre as teses explicativas apresentadas, merece destaque a interpretação de J. G. A. Pocock, que enfatiza a importância da reorganização financeira e militar do Estado inglês pós-1688, composta pela instituição de um exército permanente e de um sistema de crédito público, para o desenvolvimento de uma Ilustração conservadora e clerical. Respondendo às observações de Franco Venturi, o historiador inglês destaca que não houve a formação de um partido de filósofos pois a ilustração britânica se constituiu como um instrumento de uma elite erudita e clerical. Ao que parece, os sutis elogios escritos por Voltaire, filósofo das Luzes, apresentados no início deste capítulo revelam-se justos e precisos: a Luz pode, realmente, ter vindo do Norte.

Referências bibliográficas

- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- DARNTON, Robert. **O Iluminismo como Negócio. História da publicação da “Enciclopédia, 1775-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DARNTON, Robert. **The Business of Enlightenment. A publishing history of the Encyclopédie, 1775-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- GAY, Peter. **The Enlightenment: the rise of modern paganism**. v. 1. New York, London: W. W. Norton, 1996.
- HAZARD, Paul. **A Crise da Consciência Europeia, 1680-1715**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- JACOB, Margaret C. **Scientific culture and the making of the industrial West**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997.
- JACOB, Margaret C. **The cultural meaning of the scientific revolution**. New York: McGraw-Hill, 1988.
- OUTRAM, Dorinda. What is Enlightenment? In: _____. **The Enlightenment**. Third Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The Spectator. O Teatro das Luzes. Diálogo e Imprensa no Século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

POCOCK, J. G. A. Clero y comercio: la Ilustración conservadora em Inglaterra. In: FEROS, Antonio & PARDOS, Julio (Ed.). **Historia e Ilustración. Doce Estudios**. Madrid: Marcial Pons, 2002.

POCOCK, J. G. A. The significance of 1688: some reflections on Whig history. In: POCOCK, J. G. A. (Org.). **The Discovery of Islands. Essays on British History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PORTER, Roy & TEICH, Mikulás (orgs). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PORTER, Roy. The Enlightenment in England. In: PORTER, Roy & TEICH, Mikulás (orgs). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SOARES, Luiz Carlos Soares. **A Albion Revisitada. Ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. **The poverty of theory and other essays**. Londres: The Merlin Press, 1978.

THOMPSON, E. P; NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no Iluminismo**. Bauru: EDUSC, 2003.

VOLTAIRE. **Cartas Inglesas**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

VOLTAIRE. **Letters on England**. London: Penguin Books, 1980.